



Junta de Freguesia do Turcifal

1 – Autorização de abertura de procedimento:

A despesa tem enquadramento orçamental na rubrica 010000/02.02.03.08

Cabimento n.º 426

Após cabimentação a rubrica apresenta um saldo de € 2.969,80

Data: 31/08/ 2026.

O(A) Responsável, Patrícia Gonçalves.

Proposta/Deliberação/Informação n.º 243/ 2026

Assunto: Abertura de procedimento por Ajuste Direto, Regime Geral, para a Aquisição de serviços de retroescavadora – Ajuste Direto N.º 04/2026

Considerando que:

1. Das Necessidades

- 1.1. A presente aquisição destina-se à prestação de serviços de arranjos e beneficiação de caminhos rurais, necessários à manutenção, conservação e melhoria das condições de circulação, acessibilidade e segurança nas vias sob gestão da Junta de Freguesia.
- 1.2. A contratação revela-se necessária para assegurar a execução de intervenções de regularização, reparação e conservação dos caminhos rurais, promovendo a sua adequada operacionalidade e mitigando os efeitos do desgaste resultante da utilização e das condições climatéricas;
- 1.3. Verifica-se a impossibilidade de satisfação da necessidade identificada através de meios próprios, porquanto a entidade adjudicante não dispõe de recursos humanos, equipamentos técnicos e meios operacionais adequados à realização dos trabalhos objeto da presente contratação;
- 1.4. A presente contratação prossegue o interesse público local, enquadrando-se nas competências da Junta de Freguesia em matéria de manutenção, conservação e gestão do espaço público e das vias de circulação local, não sendo conhecidos impedimentos à celebração do respetivo contrato.

2. Do Preço Base

- 2.1. O Preço Base (preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar) proposto é de € 8 000,00 (oito mil euros), acrescidos de IVA.
- 2.2. O preço a ser apresentado pela entidade a convidar, deve ser indicado sem IVA e deve incluir todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, como sejam, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 2.3. Não há lugar a adiantamentos.



Junta de Freguesia do Turcifal

2.4. A fixação do preço base, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, é fundamentada com base na consulta preliminar efetuada, nos termos do artigo 35-A do CCP.

3. Pedido de autorização

Solicita-se autorização para a abertura de um procedimento por Ajuste Direto, para a Aquisição de serviços de retroescavadora.

4. Do Enquadramento Orçamental e Cabimento

4.1. O encargo do referido procedimento, para o ano de 2026, no montante de **€ 9 840,00 (nove mil oitocentos e quarenta euros)** com IVA incluído, tem enquadramento orçamental no(s) Órgão(s) 01.00.00/ Económica(s) 02.02.03.08 (Conservação e Reparação Rede Viária), tendo sido efetuado o cabimento n.º 426/2026.

4.2. O presente procedimento tem enquadramento no código CPV 50230000-6, Serviços de reparação e manutenção e serviços conexos relacionados com estradas e outros equipamentos.

5. Das entidades a consultar

5.1. Ao abrigo do n.º 2, do artigo 112.º do CCP que seja convidado a apresentar proposta **Humberto Botelho** [REDACTED] em virtude do prévio conhecimento da freguesia decorrente de contratos anteriormente celebrados.

5.2. A entidade a convidar não prestou a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência, não se encontrando impedida de participar no presente procedimento (al. j) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP).

6. Do limite Trienal previsto no Artigo 113º do CCP

No âmbito da presente contratação, e segundo informação prestada pelos serviços de contabilidade, relativamente ao limite trienal para o acumulado de valores adjudicados no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, constante do n.º 2 do art. 113º do Código dos Contratos Públicos, mais se informa que a entidade melhor identificada no ponto anterior não ultrapassa o limite legal estabelecido, podendo, por conseguinte, ser convidada para o presente procedimento de ajuste direto adotada nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos:

- 2024 - € 5 501,40;
- 2025 - € 3 408,38;
- 2026 - € 3 075,00



Junta de Freguesia do Turcifal

7. Do prazo de vigência

A prestação de serviços deverá ser executada por um período de 2 (dois) meses com início após a adjudicação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e de garantia.

8. Dos compromissos plurianuais

Não aplicável por presente procedimento não haver lugar a compromissos plurianuais.

9. Dos trabalhadores afetos à aquisição de serviços previsto no artigo 419.º-A por remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP

Apesar de o artigo 451.º, n.º 2, do CCP prever que o disposto no artigo 419.º-A é aplicável aos contratos de aquisição de serviços, essa aplicação depende da verificação dos respetivos pressupostos e, em qualquer caso, deve ser lida à luz das exceções previstas no próprio artigo 419.º-A.

Sem prejuízo do exposto, o cocontratante mantém a obrigação de cumprir integralmente a legislação laboral e contributiva aplicável, bem como de assegurar os seguros legalmente exigíveis na execução dos serviços.

10. Dos limites previstos no n.º 1, do artigo 15.º da Lei do Orçamento do Estado para 2026 – Aprovada pela Lei n.º 73-A/2025, de 31 de dezembro (LOE 2026)

Não aplicável ao abrigo da alínea g) do n.º 6 do artigo 16.º da LOE 2026.

11. Dos estudos, pareceres, projetos e consultoria, de organização e apoio à gestão

Não aplicável por presente procedimento não se tratar de uma aquisição de serviços no âmbito de estudos, pareceres, projetos e consultoria, de organização e apoio à gestão.

12. Dos contratos de aquisição de serviços para o exercício de funções públicas na modalidade de tarefa ou de avença

Não aplicável ao abrigo do n.º 6 do artigo 17.º da LOE 2026.

13. Do Procedimento

O procedimento adequado para a referida aquisição é o Ajuste Direto, Regime Geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º, artigo 18.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º, cuja tramitação consta dos artigos 112.º a 127.º, todos do CCP.

14. Da designação do gestor do contrato

14.1. Nos termos do n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, foi proposto que seja designada o(a) Técnico(a) Francisco José Teodoro Martins como gestor do contrato para acompanhar permanentemente a execução do mesmo.



Junta de Freguesia do Turcifal

14.2. A declaração de inexistência de conflitos de interesse, outorgada em cumprimento do disposto no n.º 7 do Artigo 290º-A do CCP, encontra-se em anexo à presente Informação.

15. Da designação do Júri

Não aplicável por presente procedimento se tratar de Ajuste Direto, Regime Geral, com consulta a uma única entidade (vide n.º 1 do artigo 67.º do CCP).

16. Das propostas variantes

Não são admitidas no âmbito do presente procedimento propostas variantes nos termos do n.º 7 do art.º 59.º do CCP.

17. Da caução

Propõe-se que não haja lugar a prestação de caução nos termos previstos no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, nem a retenção, a título de garantia, de 10% do pagamento a efetuar, atendendo à natureza do serviço a adquirir e ao facto de a sua exigência poder importar um agravamento do preço contratual.

18. Da negociação

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º do CCP, propõe-se que no âmbito deste procedimento não haja lugar a negociação.

19. Da divisão por lotes

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 46.º -A do CCP, propõe-se que não haja lugar a divisão por lotes no âmbito deste procedimento.

20. Do critério de adjudicação

Não aplicável por presente procedimento se tratar de Ajuste Direto, Regime Geral, com consulta a uma única entidade.

21. Da Competência para a Decisão de Contratar

O Órgão competente para tomar a decisão de contratar é o executivo da Junta de Freguesia, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14º conjugado com o artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111.º-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação;

Face ao exposto, propõe-se que o Órgão Executivo delibere:

- a) **Autorizar a contratação**, ao abrigo do n.º 1 do artigo 36.º, do artigo 38.º, da alínea a) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, artigo 18.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º, do n.º 2 do artigo 112.º e



Junta de Freguesia do Turcifal

seguintes, todos do CCP, para a Aquisição de serviços de retroescavadora, através da adoção de procedimento de ajuste direto, com consulta a 1 (uma) entidade, nos termos do artigo 112.º e 114.º do referido CCP e cuja tramitação consta do artigo 112.º e seguintes desse diploma legal, com a seguinte fundamentação:

- O valor do contrato é inferior a € 20 000,00 (vinte mil euros) – artigo 20.º, n.º 1, alínea d) e n.º 2 do artigo 112.º, ambos do CCP;
- b) **Autorizar que**, nos termos do artigo 47.º, n.º 1, **o preço base** (preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar) seja **€ 8 000,00 (oito mil euros)**, acrescidos de IVA, perfazendo o total de **9 840,00 (nove mil, oitocentos e quarenta euros)**.
- c) **Aprovar**, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º as peças do procedimento, designadamente o Convite e Caderno de Encargos (inclui especificações técnicas) anexos à presente proposta;
- d) **Autorizar que** no âmbito do presente procedimento seja consultado **Humberto Botelho**, em concordância com o estabelecido no n.º 2 do artigo 112.º e n.º 1 do artigo 113.º, do CCP, uma vez que não viola os limites previstos nos n.ºs 2 e 5 do artigo 113.º do já mencionado diploma;
- e) **Autorizar que o prazo para a entrega de proposta seja de 15 (quinze) dias;**
- f) **Autorizar que não haja lugar a prestação de caução** nos termos previstos no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, **nem a retenção, a título de garantia, de 10% do pagamento a efetuar**, atendendo à simplicidade e natureza da contratação e ao facto de a sua exigência poder importar um agravamento do preço contratual;
- g) **Autorizar que** no âmbito do presente procedimento **não haja lugar a fase de negociação** de acordo com o artigo 118.º do CCP;
- h) **Aprovar que** seja designado(a) o(a) funcionário(a) supramencionado(a) **como gestor do contrato**, em conformidade com o n.º 1 do artigo 290.ºA do CCP;
- i) **Autorizar que**, por motivos de celeridade processual, **seja delegado nos Serviços**, a competência para prestar os esclarecimentos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 50.º conjugado com o n.º 1 do artigo 109.º, todos do CCP.

ANEXOS

- 1- Orçamentos apresentados;
- 2- Declaração de inexistência de conflito interesses (Gestor Contrato)
- 3- Folha de cabimento;
- 4- Convite e Caderno de Encargos.



Junta de Freguesia do Turcifal

O Presidente

Assinado por: **Francisco José Teodoro Martins**

Num. de Identificação: 09659648

Data: 2026.09.15 17:10:22+01'00'

Certificado por: **SCAP Autárquico –**

Administração Eleitoral

Atributos certificados: **Presidente da Junta de Freguesia de Turcifal**



HUMBERTO BOTELHO

Construção Civil • Obras Públicas • Demolições • Aterros e Desaterros
Abertura de Valas • Transporte de Terras • Prestação de Serviços com Máquinas Industriais

Exmo. Senhor Presidente, Francisco Martins

Junta de Freguesia do Turcifal

Largo Brg. França Borges 27, 2565-797 Turcifal

Cadriceira, 28 de julho de 2026

Assunto: Apresentação de orçamento para prestação de serviços

Apresento a V. Ex.^a o meu melhor orçamento para a prestação de serviços de retroescavadora, correspondente a 200 horas de trabalho, pelo valor de 40,00 € (trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) por hora.

Aos valores apresentados acresce o IVA à taxa legal em vigor, aplicando-se:

IVA à taxa de 13% para serviços de limpeza de florestas;

IVA à taxa de 23% para serviços de limpeza de caminhos e valetas.

Com os melhores cumprimentos,

Humberto Botelho





FREGUESIA DO TURCIFAL

Folha de Cabimentação

Nº Cabimento: 426

Ano: 2026

Data Registo: 31-08-2026

Data Documento: 31-08-2026

Class. Orgânica: 010000 Administração autárquica

Class. Económica: 0202030800 Conservação e Reparação - Rede Viária

Projeto e Ação:

Descrição: Aquisição de Serviços de Retroescavadora

1	Orçamento Inicial	49 527,23
2	Reforços/Anulações	4 832,67
3	Orçamento Corrigido	54 359,90
4	Despesas Pagas	12 300,47
5	Encargos Assumidos (Cabimentos)	29 249,63
6	Saldo Disponível do Orçamento	12 809,80
7	Despesa Emergente, que fica cativa	9 840,00
8	Saldo Residual do Projeto	
9	Saldo Residual	2 969,80

RESPONSÁVEL

Junta de Freguesia de Turcifal

De: Junta de Freguesia de Turcifal <geral@jfturcifal.pt>
Enviado: 15 de setembro de 2026 14:36
Para: 'Humberto Botelho'
Assunto: FW: Convite | Ajuste Direto Regime Geral nº 4/2026 - Aquisição de serviços de Retroescavadora
Anexos: Caderno de Encargos.pdf; Convite.pdf

De: Junta de Freguesia de Turcifal <geral@jfturcifal.pt>
Enviada: 15 de setembro de 2026 09:48
Para: 'Humberto Botelho' <humbertobotelho1979@hotmail.com>
Cc: 'executivo@jfturcifal.pt' <executivo@jfturcifal.pt>; 'dani_pereira_99@hotmail.com' <dani_pereira_99@hotmail.com>
Assunto: Convite | Ajuste Direto Regime Geral nº 4/2026 - Aquisição de serviços de Retroescavadora

Bom dia,

A Junta de Freguesia do Turcifal, representada pelo Senhor Presidente Francisco Martins, vem por este meio convidar V. Exa(s). a apresentar proposta no âmbito do procedimento de Ajuste Direto para a celebração do contrato de **Aquisição de serviços de Retroescavadora**, de acordo com o definido no convite e caderno de encargos que se anexa.

Os documentos que devem constituir a proposta são:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada conforme modelo constante do Anexo I previsto no n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, doravante abreviado por CCP, elaborada e em conformidade com o modelo constante do **Anexo I do presente convite**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que detenha poderes para obrigar.
- b) **Proposta de preço**: Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar contenham os atributos da proposta com a indicação do **Preço**, nos termos solicitados nas Especificações Técnicas previstas na Parte II do Caderno de encargos, neste caso, orçamento com data atualizada.

A proposta acompanhada dos documentos referidos nos pontos anteriores deverá ser remetida por via eletrónica para o e-mail geral@jfturcifal.pt até às **23h59m do 15.º dia a contar do envio do presente convite**.

Qualquer esclarecimento adicional, encontramo-nos ao dispor.
Sem outro assunto de momento,

Atenciosamente

Patricia Cunha Gonçalves | Assistente Técnica
Junta de Freguesia de Turcifal

Largo Brigadeiro França Borges, nº 27
2565-797 Turcifal
Telefone: 261 951 315 Telemovel: 91 615 42 27



Junta de Freguesia do Turcifal

Para

Humberto Botelho

humbertobotelho1979@hotmail.com

V / REFERÊNCIA:

DATA:

N / REFERÊNCIA:

DATA:

28/07/2026

860/2026

01/09/2026

ASSUNTO: Procedimento por Ajuste Direto Regime Geral para a Aquisição de serviços de retroescavadora – Ajuste Direto Regime Geral N.º 04/2026 – **Convite**

Exmo(s) Senhor(es),

A Junta de Freguesia do Turcifal, com sede no Largo Brigadeiro França Borges, nº 27, 2565-797 Turcifal, pessoa colectiva n.º 507 164 741, representada pelo Senhor Presidente Francisco Martins, com endereço de correio electrónico geral@jfturcifal.pt, convida a V. Exa(s). a apresentar proposta no âmbito do procedimento de Ajuste Direto para a celebração do contrato de aquisição de serviços de retroescavadora, de acordo com o definido no caderno de encargos que se anexa.

1. DECISÃO DE CONTRATAR

O presente procedimento foi adotado ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto (adiante designado abreviadamente por “CCP”).

A decisão de contratar foi tomada pelo Órgão Executivo – Junta de Freguesia do turcifal, por deliberação datada de 31/08/2026 no uso da competência própria, estabelecida no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º conjugado com o artigo 36.º, ambos do CCP, na sua redação atual.

2. OBJETO DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de serviços de retroescavadora.

3. FORNECIMENTO E CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

3.1. As peças do procedimento são disponibilizadas livre, completa e gratuitamente, através de envio pelo endereço electrónico geral@jfturcifal.pt.



Junta de Freguesia do Turcifal

- 3.2. A entidade adjudicante, através do endereço eletrónico mencionado no n.º 1, garante o acesso dos convidados às peças do procedimento, aos esclarecimentos e comunicações na fase prévia à apresentação das propostas.
- 3.3. As entidades convidadas podem solicitar informações complementares relativas às peças do procedimento, através do endereço eletrónico **geral@jfturcifal.pt**.
- 3.4. Sem prejuízo da respetiva disponibilização eletrónica, as peças do procedimento podem ser consultadas, presencialmente, nos serviços da entidade adjudicante, indicados no artigo 2.º do presente procedimento, no horário das 09h00 às 17h00.

4. ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do **Júri do Procedimento** da entidade adjudicante, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º conjugado com o n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos e devem ser solicitados por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, para o endereço eletrónico **geral@jfturcifal.pt**.
- 4.2. Os esclarecimentos e demais comunicações, a que se refere o número anterior, são prestados por escrito através do e-mail **geral@jfturcifal.pt**.

5. DOCUMENTOS QUE DEVEM CONSTITUIR A PROPOSTA

Os documentos que devem constituir a proposta são:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada conforme modelo constante do Anexo I previsto no n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, doravante abreviado por CCP, elaborada e em conformidade com o modelo constante do **Anexo I do presente convite, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que detenha poderes para obrigar**.
- b) **Proposta de preço**: Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar contenham os atributos da proposta com a indicação do **Preço**, nos termos solicitados nas Especificações Técnicas previstas na Parte II do Caderno de encargos.

6. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta acompanhada dos documentos referidos nos pontos anteriores deverá ser remetida por via eletrónica para o e-mail **geral@jfturcifal.pt**, até às **23h59m do 15.º dia a contar do envio do presente convite**.



Junta de Freguesia do Turcifal

7. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 7.1. A proposta e os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente por via eletrónica para os contactos e prazo referido no ponto 6 do presente convite.
- 7.2. Os documentos que constituem a proposta devem ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP.
- 7.3. Da proposta deverá constar o preço contratual indicado em algarismos, devendo fazer-se menção expressa de que ao mesmo acresce IVA e indicando-se a taxa legal aplicável ou, no caso de isenção com a indicação do artigo ao abrigo do qual se encontra isento.
- 7.4. Sendo o preço contratual também indicado por extenso, prevalecerá este último em caso de divergência.
- 7.5. O prazo de validade da proposta não pode ser inferior a 66 dias úteis.
- 7.6. A proposta, uma vez recebida, pode ser retirada até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação, desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

8. EXCLUSÃO DA PROPOSTA

- 8.1. É excluída a proposta cuja análise revele:
 - a) Que não foi apresentado algum dos documentos mencionados no ponto 5 do presente convite.
 - b) Que tenha sido remetida depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação;
 - c) Que o preço contratual é superior ao preço base do procedimento;
 - d) Que não observe as formalidades do modo de apresentação da proposta fixados no ponto 7 do presente convite.
 - e) Que o contrato a celebrar implique a violação de quais vinculações legais ou regulamentares aplicáveis.
- 8.2. É também excluída a proposta que, por motivos não referidos nos números anteriores, se encontre abrangida pelo disposto nos Artigos 70.º, 122.º e 146.º do CCP.

9. PROPOSTAS VARIANTES

Não é permitida a apresentação de propostas variantes, nem que apresente quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução não submetidos à concorrência.

10. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 10.1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade de monofator, na qual o critério de adjudicação é densificado por



Junta de Freguesia do Turcifal

um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, em conformidade com o previsto na al. b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

10.2. No caso de apresentação de propostas com o mesmo preço, servirá como critério de desempate um sorteio em ato público.

11. ADJUDICAÇÃO

Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do artigo 77.º do CCP, notifica o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
- b) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Simultaneamente com a notificação da decisão de adjudicação serão solicitados os documentos de habilitação referidos no artigo 81.º do CCP, que deverão ser remetidos para o seguinte endereço eletrónico **geral@jfturcifal.pt**.

- i) Declaração emitida conforme modelo constante do ANEXO II ao CCP, o qual constitui o **Anexo II do presente convite**, do qual faz parte integrante.
- ii) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP, designadamente:

- **Certidão da Segurança Social** que ateste situação regularizada relativamente a contribuições.
- **Certidão das Finanças** que ateste situação regularizada relativamente a impostos.
- **Certificado de Registo Criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais de gerência** da empresa emitido para os efeitos previstos no artigo 55.º alíneas b) e i) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

- iii) O documento referido no n.º 4 do artigo 81º do CCP pode ser substituído por documento equivalente válido de acordo com os anexos IX-B e IX-C da Directiva n.º 2004/18/CE, designadamente pela **Certidão do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, através da certidão permanente, ou pelo código de acesso para consulta no sítio: www.portaldaempresa.pt**
- iv) **Comprovação do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo** pela entidade (RCBE) nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto (se aplicável).

12.2. Nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 115.º do CCP, informa-se que o prazo para **apresentação dos documentos de habilitação será de 5 (cinco) dias após a notificação de adjudicação**, tendo duração idêntica o prazo para supressão de irregularidades detetadas naqueles documentos e que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86.º daquele Código.



Junta de Freguesia do Turcifal

12.3. Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, todos os documentos de habilitação deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

13. CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução, conforme o n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro.

14. NEGOCIAÇÃO

No âmbito do presente procedimento não haverá lugar à fase de negociação.

15. OMISSÕES

Em tudo o que for omissa no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro.

16. SÃO PEÇAS DO PROCEDIMENTO

16.1. O presente convite e caderno de encargos;

16.2. As despesas inerentes à elaboração de propostas são encargos da responsabilidade do concorrente.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

Assinado por: **Francisco José Teodoro Martins**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2026.09.15 17: [REDACTED]
Certificado por: **SCAF Autárquico –
Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Junta de
Freguesia de Turcifal**





Junta de Freguesia do Turcifal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

(Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57 do CCP, na sua redação atual)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do



Junta de Freguesia do Turcifal

artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Junta de Freguesia do Turcifal

ANEXO II

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA a) DO N.º 1 DO ARTIGO 81.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Junta de Freguesia do Turcifal

AJUSTE DIRETO

Aquisição de serviços de retroescavadora

Caderno de encargos

Nº de procedimento: AD-04/2026



Junta de Freguesia do Turcifal

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Artigo 1.º

Objeto

O presente procedimento de contratação tem por objeto a **Aquisição de serviços de retroescavadora**, nos termos e de acordo com o previsto nas Especificações Técnicas inscritas na Parte II do presente Caderno de Encargos e que dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 3.º

Vigência do contrato e obrigações acessórias

1. A aquisição objeto do presente Caderno de Encargos deverá ser efetuada nos termos constantes das especificações técnicas previstas na Parte II do presente Caderno de Encargos, e o respetivo contrato iniciará a sua vigência após a outorga do contrato, com previsão em 01.09.2026 e por um período de 04



Junta de Freguesia do Turcifal

(quatro) meses, com termo a 31.12.2026 ou quando o limite do preço contratual for atingido, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. No caso do valor do contrato não ser atingido, durante a respetiva vigência, o adjudicatário não tem direito a qualquer indemnização.
3. O contrato cessa automaticamente os seus efeitos com o esgotar do plafond financeiro constante no n.º 1 da Cláusula 9.ª (preço máximo a pagar pela entidade adjudicante).
4. É aplicável o disposto no artigo 440º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 4.º

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, a obrigação de prestar os serviços identificados nos termos da Parte II e na sua proposta.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados ao bom resultado da prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O prestador de serviços obriga-se a entregar à entidade adjudicante o resultado dos serviços objeto do contrato.
2. No decurso da prestação de serviços, a entidade adjudicante pode, a todo o tempo, solicitar esclarecimentos atinentes à realização daquela, devendo estes serem prestados no prazo indicado por aquela, para o efeito.



Junta de Freguesia do Turcifal

Cláusula 6.ª

Trabalhadores afetos à aquisição de serviços

1. Nos termos do n.º 2 do artigo 419.º-A conjugado com o n.º 2 do artigo 451.º do CCP os trabalhadores afetos à aquisição de serviços podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período não inferior ao prazo contratual.
2. O disposto no número anterior não é aplicável uma vez que se trata da celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, cuja execução não constitui trabalho subordinado, não se encontrando por isso sujeitos à hierarquia, nem horário de trabalho.

Cláusula 7.ª

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica obrigado a cumprir as exigências e obrigações legais decorrentes nomeadamente, do Código dos Contratos Públicos e demais legislação pertinente.

Cláusula 8.ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário, seus trabalhadores, prestadores de serviços e demais colaboradores, devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento por força da execução do contrato, em especial das que se encontrem sujeitas a segredo.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



Junta de Freguesia do Turcifal

Cláusula 9.º

Preço Base

1. Para efeito do disposto no n.º 1 do artigo 47º do CCP, o preço base é de € 8 000,00 (oito mil euros), acrescidos de IVA, preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo serviço objeto do presente procedimento.
2. Todos os custos, encargos e taxas a aplicar devem estar incluídos no valor da proposta.

Cláusula 10.º

Condições de pagamento

1. Pela aquisição objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das eventuais demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deverá pagar ao adjudicatário o preço contratual resultante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se devido.
2. As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas, no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela entidade adjudicante das respetivas faturas.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome da Junta de Freguesia do Turcifal, com sede no Largo Brigadeiro França Borges, nº 27, 2565-797 Turcifal, onde deverá constar obrigatoriamente o Número de Compromisso, sob pena de devolução da mesma.
4. Em caso de divergência por parte da entidade adjudicante, quanto ao valor indicado na(s) fatura(s), deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos e diligências necessárias para o efeito.
5. Os pagamentos efetuar-se-ão por transferência bancária para o IBAN a indicar.

Cláusula 11.º

Caução

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do disposto no número 2 alínea a) do artigo 88º do CCP.

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento do prazo da prestação de serviços objeto do contrato, até 0,5% do valor mensal deste por cada dia de atraso.



Junta de Freguesia do Turcifal

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações e ou obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos, imprevisíveis e excecionais, independentes das vontades das partes, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, nomeadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



Junta de Freguesia do Turcifal

4. A ocorrência de circunstâncias ou acontecimentos que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normal.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O incumprimento, por parte do prestador de serviços, confere, nos termos gerais de direito, à entidade adjudicante, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 16.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual, ou qualquer dos direitos e obrigações dela decorrentes, sem autorização expressa da entidade adjudicante.



Junta de Freguesia do Turcifal

2. À cessão da posição contratual e à subcontratação é aplicável o disposto nos artigos 316º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

PARTE II

Especificações Técnicas

Cláusula 17.º

Especificações técnicas da prestação de serviços

A prestação de serviços deve ser efetuada nos termos das seguintes especificações técnicas:

1. Objeto

Aquisição de serviços de retroescavadora.

2. Prazo

Inicia a sua vigência após outorga do contrato, com previsão em 01.09.2026 e por um período de 04 (quatro) meses, com termo a 31.12.2026 ou quando o limite do preço contratual for atingido, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3. Local

Área geográfica da Freguesia.

4. Descrição de funções

Decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Até um total de 200 horas de trabalho para prestação de serviços de retroescavadora.
 - a. Serviços de limpeza de florestas;
 - b. Serviços de limpeza de caminhos e valetas.
- b) Locais de intervenção são transmitidos pela entidade adjudicante.

5. Seguros

É da responsabilidade do adjudicatário a realização de contrato de seguro obrigatório para a atividade desenvolvida com a cobertura da devida responsabilidade civil.



Junta de Freguesia do Turcifal

6. Preço

O preço deve ser indicado sem IVA e deve incluir todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, portagens, combustível, armazenamento e manutenção de meio materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Deve fazer-se menção expressa de que aos preços propostos acresce IVA com indicação da taxa aplicável.

6.3. Não há lugar a revisão ou atualização de preços.

6.4. Não há lugar a adiantamentos.

7. Outras condições

A título acessório, o adjudicatário fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

PARTE III

Disposições Finais

Cláusula 18.º

Notificações e Comunicações

1. Sem prejuízo de serem acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.º

Contagem dos Prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do CCP.



Junta de Freguesia do Turcifal

Cláusula 20.ª

Interpretação e validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretadas de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem suscitar as mesmas à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

Cláusula 21.ª

Gestor do contrato

Por deliberação datada de 31/08/2026, do Órgão Executivo, foi designado o(a) presidente da junta de freguesia, Francisco José Teodoro Martins, e, em substituição, para os casos de ausência e impedimento desta, a tesoureira Magda Sofia Neves dos Santos Marques de Oliveira, para promover o devido acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do previsto no artigo 290.º-A do CCP, em conjugação com o disposto no artigo 96.º, n.º 1, alínea i), ambos do CCP, em especial o preceituado nos n.ºs 2 a 4 daquele artigo.

Cláusula 22.ª

Proteção de dados pessoais

1. Para efeitos da proteção de dados pessoais, atentos os efeitos do contrato e do respetivo caderno de encargos, o cocontratante assume, incondicionalmente, em matéria de dados pessoais, quer no decurso da vigência contratual, quer, quando aplicável e ou exigível, após cessação contratual, na obrigação do exímio e escrupuloso cumprimento do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente em sede do tratamento de dados, medidas de segurança e confidencialidade, bem como, no âmbito da transferência de dados e gestão de incidentes, sem prejuízo das demais obrigações resultantes para terceiros, incluindo a entidade gestora da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade contratante, em especial no exercício da atividade de gestão e exploração da mesma, e a entidade com responsabilidades nas áreas da construção, do imobiliário e da contratação pública, nomeadamente no domínio da regulação da contratação pública e dos contratos públicos, o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.).



Junta de Freguesia do Turcifal

2. Para efeitos do disposto no corpo da presente cláusula, é aplicável o disposto na legislação sobre proteção de dados, nacional e europeia, bem como o previsto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, com especial acuidade o artigo 4.º, e, ainda, as deliberações do Grupo de Trabalho do artigo 29.º, existentes ou futuros.
3. Para efeitos do disposto na presente cláusula, no âmbito do contrato, a obrigação referida incluirá logo o cumprimento de todos os demais deveres e obrigações estipulados nestas matérias, à luz e ao abrigo do direito nacional e comunitário aplicáveis.

Cláusula 23.º

Legislação aplicável

Sem prejuízo do previsto no presente Caderno de Encargos, a tudo o que não esteja especialmente aqui previsto ao contrato é aplicável o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, com as devidas retificações e alterações, bem como na respetiva regulamentação e legislação complementar.

O Presidente,

Assinado por: **Francisco José Teodoro Martins**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2026.09.15 17:
Certificado por: **SCAP Autárquico –
Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Junta de
Freguesia de Turcifal**





Junta de Freguesia do Turcifal

DELIBERAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA

(texto aprovado em minuta)

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Código do Procedimento Administrativo, a Junta de Freguesia aprovou em minuta o texto da deliberação tomada em reunião extraordinária de 31 de agosto de 2026.

Proposta/Deliberação/Informação N.º 243/ 2026, subscrita pelo Presidente Francisco Martins, que se anexa.

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade com três votos a favor.

Sede da Junta de Freguesia, aos 31 de agosto de 2026.

O Presidente,

Assinado por: **Francisco José Tendoro Martins**

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2026.09.15

Certificado por: **SCAP Autárquico –
Administração Eleitoral**

Atributos certificados: **Presidente da Junta de
Freguesia de Turcifal**



CHAVE MÓVEL

Francisco Martins

Junta de Freguesia de Turcifal

De: Humberto Botelho <humbertobotelho1979@hotmail.com>
Enviado: 16 de setembro de 2026 14:29
Para: Junta de Freguesia de Turcifal
Assunto: RE: Convite | Ajuste Direto Regime Geral nº 4/2026 - Aquisição de serviços de Retroescavadora
Anexos: Ajuste Direto Regime Geral N.º 042026 Convite JFT.pdf

Estimados

Espero que se encontre bem.

No seguimento do email, segue em anexo os Documentos referente ao Convite em assunto.

Encontro-me ao dispor para qualquer questão.

Com os melhores cumprimentos,

Humberto Botelho
Avenida da Cidade de Torres Vedras, nº8
Cadriceira
2565-779 TURCIFAL, Portugal

Tlf: 914 822 573

De: Junta de Freguesia de Turcifal <geral@jfturcifal.pt>
Enviado: 15 de setembro de 2026 14:36
Para: 'Humberto Botelho' <humbertobotelho1979@hotmail.com>
Assunto: FW: Convite | Ajuste Direto Regime Geral nº 4/2026 - Aquisição de serviços de Retroescavadora

De: Junta de Freguesia de Turcifal <geral@jfturcifal.pt>
Enviada: 15 de setembro de 2026 09:48
Para: 'Humberto Botelho' <humbertobotelho1979@hotmail.com>
Cc: 'executivo@jfturcifal.pt' <executivo@jfturcifal.pt>; 'dani_pereira_99@hotmail.com' <dani_pereira_99@hotmail.com>
Assunto: Convite | Ajuste Direto Regime Geral nº 4/2026 - Aquisição de serviços de Retroescavadora

Bom dia,

A Junta de Freguesia do Turcifal, representada pelo Senhor Presidente Francisco Martins, vem por este meio convidar V. Exa(s). a apresentar proposta no âmbito do procedimento de Ajuste Direto para a celebração do contrato de **Aquisição de serviços de Retroescavadora**, de acordo com o definido no convite e caderno de encargos que se anexa.

Os documentos que devem constituir a proposta são:

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada conforme modelo constante do Anexo I previsto no n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, doravante abreviado por CCP, elaborada e em conformidade com o modelo constante do **Anexo I do presente**

convite, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que detenha poderes para obrigar.

2. **Proposta de pre o:** Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar contenham os atributos da proposta com a indicação do **Pre o**, nos termos solicitados nas Especificações Técnicas previstas na Parte II do Caderno de encargos, neste caso, orçamento com data atualizada.

A proposta acompanhada dos documentos referidos nos pontos anteriores deverá ser remetida por via eletrónica para o e-mail geral@jfturcifal.pt até às **23h59m do 15.º dia a contar do envio do presente convite.**

Qualquer esclarecimento adicional, encontramo-nos ao dispor.

Sem outro assunto de momento,

Atenciosamente

Patricia Cunha Gonçalves | Assistente Técnica
Junta de Freguesia de Turcifal

Largo Brigadeiro França Borges, nº 27
2565-797 Turcifal
Telefone: 261 951 315 Telem vel: 91 615 42 27

—
-
-
-
-



Sem vírus www.avast.com

HUMBERTO BOTELHO

Construção Civil • Obras Públicas • Demolições • Aterros e Desaterros
Abertura de Valas • Transporte de Terras • Prestação de Serviços com Máquinas Industriais

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS (Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57 do CCP, na sua redação atual)

1 - Humberto Manuel Gomes Botelho, cartão de cidadão 11741825 0ZY5, identificação fiscal n.º 217367127, com morada na Av. da cidade de Torres Vedras, n.º 8, em Cadriceira, 2565-779 Turcifal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Aquisição de serviços de retroescavadora e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo :

a) Modelo de Proposta

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Cadriceira, 15 de setembro de 2026

HUMBERTO BOTELHO

Construção Civil • Obras Públicas • Demolições • Aterros e Desaterros
Abertura de Valas • Transporte de Terras • Prestação de Serviços com Máquinas Industriais

ANEXO B

Modelo de proposta

Humberto Manuel Gomes Botelho, cartão de cidadão 11741825 OZYS, identificação fiscal n.º 217367127, com morada na Av. da cidade de Torres Vedras, n.º 8, em Cadriceira, 2565-779 Turcifal, depois de ter tomado conhecimento do procedimento por ajuste direto para Aquisição de Serviços de Retroescavadora, a que se refere o convite enviado, obriga-se a prestar os serviços em conformidade com o estabelecido no Convite, caderno de encargos e os seus anexos, apresentando as seguintes condições:

O preço hora para a prestação do serviço objeto do contrato é de quarenta euros, 40,00€ (em algarismos), ao qual acresce o IVA à taxa de 6%.

Mais se declara que se compromete em tudo o que respeita à execução do presente contrato, aceitando integralmente e sem reservas o disposto no caderno de encargos e a cumprir o que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Cadriceira, 15 de setembro de 2026

Assinado por: Humberto Manuel Gomes Botelho

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 16-09-2026 [REDACTED]



CHAVE MÓVEL
• • • • •

Avenida da Cidade de Torres Vedras, 8 – Cadriceira – 2565-779 Turcifal
[REDACTED]



Junta de Freguesia do Turcifal

2 – Adjudicação:

Compromisso n.º 440 Data: 17/09/ 2026.

O (A) Responsável, Patrícia Gonçalves.

Despacho: Adjudique-se

Turcifal, 17 /09/2026.

Proposta/Deliberação/Informação n.º 250/ 2026

Assunto: Procedimento por Ajuste Direto, Regime Geral, para a Aquisição de serviços de retroescavadora - Ajuste Direto N.º 04/2026 – Adjudicação e formalidades subsequentes.

Considerando que:

1. Da abertura do Procedimento

- Na sequência da aprovação pelo Órgão Executivo do lançamento do procedimento de Ajuste Direto, Regime Geral, para a Aquisição de serviços de retroescavadora, através de deliberação datada de 31 de agosto de 2026, foi consultado Humberto Botelho,

2. Do Projeto de Decisão

Ao abrigo do n.º 1 e 2 do artigo 125.º do CCP procede-se à elaboração do presente projeto de decisão nos seguintes termos:

- a) A entidade consultada apresentou a proposta em anexo, através da qual resultou o preço contratual de **€8 000,00 (oito mil euros)**, acrescidos de IVA;
- b) Foi apresentada a declaração exigida no convite do procedimento;
- c) O proponente da despesa confirmou que os termos e condições constantes da proposta correspondem ao solicitado no caderno de encargos;
- d) A consulta à entidade não violou os limites previstos nos n.ºs 2 e n.º 5 do artigo 113.º do CCP, nem se conhecem impedimentos que obstem à celebração do contrato em causa;
- e) A despesa tem enquadramento no órgão 01.00.00 (Administração Autárquica), económica 02.02.03.08 (Conservação e Reparação Rede Viária) cabimento n.º 426/2026, no código CPV 50230000-6, Serviços de reparação e manutenção e serviços conexos relacionados com estradas e outros equipamentos;
- f) Não há lugar à fase de negociação;
- g) Não há lugar a caução;
- h) Não há lugar a audiência prévia;
- i) Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, está dispensada a redução do contrato a escrito.



Junta de Freguesia do Turcifal

Propõe-se que, nos termos do projeto de decisão de adjudicação supra que ora se submete ao Órgão Executivo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 125.º do CCP, o mesmo delibere:

- a) **Humberto Botelho (NIF 217 367 127)** ao abrigo dos artigos 16.º n.º 1 al. a) e n.º 2 al. e), artigo 20.º n.º 1 al. d) e artigos 112º a 127º, todos do Código dos Contratos Públicos, com as respetivas retificações e alterações entretanto introduzidas, a **Aquisição de serviços de retroescavadora**, pelo valor total de **€8 000,00 (oito mil euros)**, acrescidos de IVA, perfazendo o total de **€9 840,00 (nove mil, oitocentos e quarenta euros)**.

Se a presente proposta merecer de aprovação, proceder-se-á, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, à notificação:

1. Do Adjudicatário:
 - Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP.

ANEXOS

- 1- Proposta do prestador de serviços e documentos que a acompanham;

O Presidente

Assinado por: **Francisco José Teodoro Martins**

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2026.09.18 15:00

Certificado por: **SCAP Autárquico –**

Administração Eleitoral

Atributos certificados: **Presidente da Junta de**

Freguesia de Turcifal

CHAVE MÓVEL

Francisco Martins



Junta de Freguesia do Turcifal

DELIBERAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA

(texto aprovado em minuta)

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Código do Procedimento Administrativo, a Junta de Freguesia aprovou em minuta o texto da deliberação tomada em reunião ordinária de 17 de setembro de 2026.

Proposta/Deliberação/Informação N.º 250/ 2026, subscrita pelo Presidente Francisco Martins, que se anexa.

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade com três votos a favor.

Sede da Junta de Freguesia, aos 17 de setembro de 2026.

O Presidente,

Assinado por: **Francisco José Teodoro Martins**

Num. de Identificação

Data: 2026.09.21 1



CHAVE MÓVEL



Francisco Martins

Junta de Freguesia de Turcifal

De: Junta de Freguesia de Turcifal <geral@jfturcifal.pt>
Enviado: 25 de setembro de 2026 10:19
Para: 'Junta de Freguesia de Turcifal'
Cc: 'executivo@jfturcifal.pt'; 'dani_pereira_99@hotmail.com'
Assunto: RE: Convite | Ajuste Direto Regime Geral nº 4/2026 - Aquisição de serviços de Retroescavadora
Anexos: Notif Adjudicacao_signed.pdf

Bom dia,

No seguimento do procedimento de AD Regime Geral nº 4/2026, somos a enviar notificação de adjudicação, solicitando que nos faça chegar os documentos de habilitação restantes, nomeadamente declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos públicos e anexa ao convite enviado anteriormente.

Sem outro assunto de momento,

Atenciosamente

Patricia Cunha Gonçalves | Assistente Técnica
Junta de Freguesia de Turcifal

Largo Brigadeiro França Borges, nº 27
2565-797 Turcifal
Telefone: 261 951 315 Telemovel: 91 615 42 27

De: Junta de Freguesia de Turcifal <geral@jfturcifal.pt>
Enviada: 15 de setembro de 2026 14:36
Para: 'Humberto Botelho' <humbertobotelho1979@hotmail.com>
Assunto: FW: Convite | Ajuste Direto Regime Geral nº 4/2026 - Aquisição de serviços de Retroescavadora

De: Junta de Freguesia de Turcifal <geral@jfturcifal.pt>
Enviada: 15 de setembro de 2026 09:48
Para: 'Humberto Botelho' <humbertobotelho1979@hotmail.com>
Cc: 'executivo@jfturcifal.pt' <executivo@jfturcifal.pt>; 'dani_pereira_99@hotmail.com' <dani_pereira_99@hotmail.com>
Assunto: Convite | Ajuste Direto Regime Geral nº 4/2026 - Aquisição de serviços de Retroescavadora

Bom dia,

A Junta de Freguesia do Turcifal, representada pelo Senhor Presidente Francisco Martins, vem por este meio convidar V. Exa(s). a apresentar proposta no âmbito do procedimento de Ajuste Direto para a

celebração do contrato de **Aquisição de serviços de Retroescavadora**, de acordo com o definido no convite e caderno de encargos que se anexa.

Os documentos que devem constituir a proposta são:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada conforme modelo constante do Anexo I previsto no n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, doravante abreviado por CCP, elaborada e em conformidade com o modelo constante do **Anexo I do presente convite**, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que detenha poderes para obrigar.
- b) **Proposta de preço**: Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar contenham os atributos da proposta com a indicação do **Preço**, nos termos solicitados nas Especificações Técnicas previstas na Parte II do Caderno de encargos, neste caso, orçamento com data atualizada.

A proposta acompanhada dos documentos referidos nos pontos anteriores deverá ser remetida por via eletrónica para o e-mail geral@jfturcifal.pt até às **23h59m do 15.º dia a contar do envio do presente convite**.

Qualquer esclarecimento adicional, encontramo-nos ao dispor.
Sem outro assunto de momento,

Atenciosamente

Patricia Cunha Gonçalves | Assistente Técnica
Junta de Freguesia de Turcifal

Largo Brigadeiro França Borges, nº 27
2565-797 Turcifal
Telefone: 261 951 315 Telemovel: 91 615 42 27



Junta de Freguesia do Turcifal

Para:

Humberto Botelho

humbertobotelho1979@hotmail.com

V / Referência:

Data:

N / Referência:

Data:

881/2026

18.09.2026

ASSUNTO: Notificação da decisão de adjudicação, da apresentação dos documentos de habilitação e da aprovação da minuta do contrato

Contratação: Ajuste Direto Regime Geral para Aquisição de serviços de retroescavadora

Vimos pelo presente informar V. Exas. que foi aprovado, na reunião do órgão executivo realizada em 17 de setembro de 2026, adjudicar ao prestador de serviços **Humberto Botelho**, a aquisição de serviços em referência.

Mais fica notificado para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da presente notificação, e de acordo com os artigos 81.º e 83.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, apresentar os seguintes documentos:

- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos públicos;

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

Assinado por: **Francisco José Teodoro Martins**

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2026.09.18 15:11

Certificado por: **SCAP Autárquico -**

Administração Eleitoral

Atributos certificados: **Presidente da Junta de Freguesia de Turcifal**



CHAVE MÓVEL



HUMBERTO BOTELHO

Construção Civil • Obras Públicas • Demolições • Aterros e Desaterros
Abertura de Valas • Transporte de Terras • Prestação de Serviços com Máquinas Industriais

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - Humberto Manuel Gomes Botelho, cartão de cidadão 11741825 0ZY5, identificação fiscal n.º 217367127, com morada na Av. da Cidade de Torres Vedras, n.º 8, em Cadriceira, 2565-779 Turcifal, declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — A declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

1. Certidão AT
2. Certidão Segurança Social
3. Início de Actividade

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Cadriceira, 28 setembro de 2026

Assinado por: Humberto Manuel Gomes Botelho
Num. de Identificação: BI11741825
Data: 28-09-2026 12:33:01 +01:00



DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte HUMBERTO MANUEL GOMES BOTELHO

Firma/Denominação HUMBERTO MANUEL GOMES BOTELHO

N.º de Identificação de Segurança Social

N.º de Identificação Fiscal

N.º da Declaração

Data de emissão 2028-07-29

HUMBERTO MANUEL GOMES BOTELHO
AV DA CIDADE DE TORRES VEDRAS 8
CADRICEIRA
2565-779 TURCIFAL

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, art. 208.º, versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores. Refere-se à situação contributiva apurada até à data de emissão e não impede que sejam apuradas dívidas no futuro.

Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, art. 82.º, n.os 1 e 3, versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, a contar da data de emissão.

Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, art. 84.º, versão atualizada

Diretor de Segurança Social


Ricardo Antunes

Como obter a versão digital e confirmar se este documento é autêntico?

Para obter a versão digital deste documento e confirmar a sua autenticidade, aceda ao Portal da Segurança Social, entre em "Links úteis", escolha "Obter documento" e depois insira o seguinte código de acesso:

3-2nqo-aj53-djj8-3chs-auv6-d Válido até: 2028-07-29

CERTIDÃO

Maria de Fátima Lopes Pouseiro, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de TORRES VEDRAS.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 3, 6 e 13 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por quatro meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 8 de Julho de 2026.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: HUMBERTO MANUEL GOMES BOTELHO

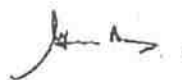
Nº 

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 217367127

Cód. Validação: GHQRZPOENXVV

O Chefe de Finanças,



(Maria de Fátima Lopes Pouseiro)

CERTIDÃO

Maria de Fátima Lopes Pouseiro, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de TORRES VEDRAS.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 3, 6 e 13 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por quatro meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 8 de Julho de 2026.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: HUMBERTO MANUEL GOMES BOTELHO

NI 

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 217367127

Cód. Validação: GHQRZPOENXVV

O Chefe de Finanças,



(Maria de Fátima Lopes Pouseiro)

Dados Gerais de Identificação

Identificação do Contribuinte

NIF

Nome

HUMBERTO MANUEL GOMES BOTELHO

Data de Nascimento

1979-02-24

Sexo

MASCULINO

Naturalidade

Distrito

LISBOA

Concelho

TORRES VEDRAS

Freguesia

TORRES VEDRAS (SÃO PEDRO E SANTIAGO) (EXTINTA)

País

PORTUGAL

Nacionalidade

PORTUGUESA

Outros Dados

Serviço de Finanças Competente

1589 TORRES VEDRAS

NIF IVA no País de Residência (UE/EEE)

NIF no País de Residência (UE/EEE)

Moradas

Não Residente

Não

País de Residência

Dados Gerais de Identificação

Residência (Morada Portuguesa)

Morada
AV DA CIDADE DE TORRES VEDRAS, 8

Localidade
CADRICEIRA

Código Postal
2565 - 779 TURCIFAL

Distrito
LISBOA

Concelho
TORRES VEDRAS

Freguesia
TURCIFAL

Data de Produção de Efeitos
2015-05-28

Contactos

Telefone

E-mail

ViaCTT

Data de Início
2018-06-29

Data de Fim

Consultas Relacionadas

- ▶ Atividade Exercida
- ▶ Relações Intersujeitos Passivos
- ▶ IBANs

Atividade Exercida

Dados Gerais de Atividade

Data de Início

2015-04-28

Tipo de Sujeito Passivo

Cat.B-Rend. Empresariais

Contabilidade

Tipo de Contabilidade

Não organizada

Local de Centralização

Não possui

Morada

Av./Rua

Localidade

Código Postal

Contabilista Certificado

NIF

Número de Inscrição na OCC

Pleno Poderes Declarativos

Contabilista Certificado Suplente

NIF

Número de Inscrição na OCC

Pleno Poderes Declarativos

Operador Económico (Alfândegas)

Número EORI

Data Início EORI

Data Fim EORI

Códigos de Atividade

Tipo	Código	Descrição	Data de Início
CAE Principal	77310	ALUGUER DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	2015-04-28
CAE Secundário 1	02400	ACT.SERV. RELAC. COM A SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL	2015-04-28
CAE Secundário 2	01610	ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS RELACIONADOS COM A AGRICULTURA	2015-04-28

Atividade em IVA

Enquadramento
Normal Trimestral

Data de Enquadramento
2017-02-01

Situação
Enquadramento em vigor

Data de Cessação

Motivo de Cessação

NIF do Cessionário

Nome do Cessionário

Exerce Atividade Constante do Anexo E do CIVA
NÃO

Regime Especial

Descrição

Operações e Opções

Tipo de Operações

Que conferem direito à dedução

Pro Rata para Dedução de IVA

0%

Transações Intracomunitárias de Bens

-

Opção pela Renúncia à Isenção em Operações Imobiliárias

NÃO

Opção por Regime de Tributação

-

Opção por Periodicidade Mensal

NÃO

Prestação/Aquisição de Serviços Intracomunitários

NÃO

Importações

NÃO

Exportações

NÃO

Transações Intracomunitárias

Aquisições

NÃO

Transmissões

NÃO

Regime de Reembolso Mensal de IVA

Situação

-

Data de Início

-

Data de Fim

-

Regime de IVA de Caixa

Data de Início

-

Data de Fim

-

Motivo de Exclusão

-

Importações - Opção pelo Pagamento do Imposto na DP do IVA

Data de Início

-

Data de Fim

-

Motivo de Cancelamento

-

Regime Forfetário dos Produtores Agrícolas

Data de Início

-

Data de Fim

-

Motivo

-

Atividade em IRS

Enquadramento

Simplificado

Data de Enquadramento

2015-01-01

Data de Fim de Enquadramento

-

Regime de Tributação

-

Data de Início do Período

-

Data de Cessação

-

Motivo de Cessação

-

Opções Relativas ao Exercício de Atividade de Arrendamento

Data da Opção

-

Data de Fim

-

Motivo

-

IBANs

Número Internacional de Conta Bancária (IBAN)

Descrição	IBAN	SWIFT/BIC	Moeda	Estado
IBAN	PT 50 534053400109161600164		EUR	IBAN Confirmado
IBAN Afeto à Atividade	PT 50 534053400109161600164		EUR	IBAN Confirmado

Consultas Relacionadas

- ▶ Dados de Identificação
- ▶ Atividade Exercida
- ▶ Relações Intersujeitos Passivos

